**DA TIMIDEZ À OUSADIA: MULHERES DE ONTEM E MULHERES DE HOJE.**

¹Geane Silva Guimarães Cardoso

[geanegra@hotmail.com](mailto:geanegra@hotmail.com)

**RESUMO**

O Objetivo deste artigo é falar sobre a mulher, sua condição social e política nos diversos contextos históricos. E sobretudo falar de seus sonhos de escolarizar-se, libertar-se dos domínios de seus pais e maridos, de viver conforme suas próprias vontades e desejos, e de sua incessante busca por autonomia política, econômica e social.

No decorrer deste trabalho o leitor acompanhará as mudanças e avanços sem precedentes ocasionados pelos *lobbies* feministas e a ascensão e firmação da mulher em espaços e atividades que antes eram domínios exclusivos dos homens. E perceberá que elas não lutam para ser maiores, nem melhores que eles, querem apenas ser tratadas com respeito e igualdade.

**Palavras-chave**: Mulher, luta, conquista, igualdade

**INTRODUÇÃO**

Ao realizarmos um trajeto histórico da condição da mulher, percebemos que ela inegavelmente tem uma trajetória de lutas, conquistas e derrotas, que são travadas diariamente em função de sua independência. Guerras travadas no seio da sociedade e/ou da família. Guerra as vezes silenciosa, as vezes declarada, mas sem dúvida as mulheres são grandes e habilidosas guerreiras que tem tato e malícia, ousadia e sutileza como suas armas e foram estas que possibilitaram suas conquistas, que fizeram com que elas tornassem o impossível, possível. Quando romperam seu silencio em prol de sua liberdade.

A mulher ironicamente ainda é chamada de sexo frágil, mas tem provado diariamente sua força, garra e determinação, diante de todas as posições que assume, seja de mãe, esposa, dona de casa, estudante e profissional atuante no mercado de trabalho. A própria realidade contemporânea nos mostra que as mulheres, assim como os homens possuem as mesmas habilidades e competências para gerir e comandar negócios e empresas, assim como também já não cabe somente à elas as tarefas domesticas.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

¹Mestranda do Curso Docência da Educação Brasileira. Graduada em Pedagogia. Pós graduada em Psicopedagogia Clinica e Institucional. Professora de Educação Infantil e Series Iniciais do Ensino Fundamental pela Prefeitura Municipal de Breves- Pará.

***Seja uma boa menina...***

No decorrer da história a figura feminina é marcada por comportamentos e padrões que a definem como sexo frágil e limitam-na aos domínios domésticos.

Tanto na antiguidade quanto na idade média as funções da mulher resumiam-se em procriar (de preferência filhos homens), cuidar da casa, do marido, da criação e educação dos filhos. No caso de nascerem filhas o cuidado e atenção eram redobrados e a mães tinham a responsabilidade de prepará-las para serem boas esposas, mães e donas de casa exemplares. Acreditava-se que o êxito ou fracasso da família dependia do desempenho da mulher, assim uma boa esposa conferia *status* ao marido, ou seja quanto mais submissa, prendada, fértil e dedicada ela fosse, melhor.

O modelo familiar baseado na patriarcado perdurou por muitos séculos, neste molde o pai era quem ditava as regras e costumes da família, suas ordens e vontades jamais eram questionadas e sempre obedecidas. Como chefe da família era ele também que provia o sustento da casa, a mulher ficava incumbida dos afazeres domésticos e da educação dos filhos e filhas frutos de seu matrimonio. Quanto mais filhos e filhas chegavam mais a mulher ficava presa ao lar, as crias mais desejadas e esperadas eram os machos, pois eles garantiriam a perpetuação da linhagem e dos negócios da família. Os meninos eram criados e educados para ser o próximo cabeça da família tanto que ao atingir uma certa idade já podiam ajudar os pais na lida no campo ou no seu oficio, de forma que fossem se familiarizando com o mundo dos negócios, aprendessem uma profissão e assim garantissem as posses e o sustento da família no futuro.

Quanto as meninas, elas ficavam em casa e ajudavam suas mães na lida caseira para aprenderem a serem boas esposas, mães bem sucedidas e no tempo certo fazer um bom casamento. É valido ressaltar que os casamentos eram arranjados, ou seja eram combinados entre os chefes das famílias e tinha por objetivos estreitar os laços entre elas e preservar o patrimônio das mesmas. Quanto ao amor, se desse sorte com o tempo ele chegava, mas isso pouco importava. Quando solteiras o pai mandava e decidia por elas, quando casavam os poderes sobre elas eram dados ao marido, assim percebe-se que a mulher não tinha vida própria e muito menos querer, estava sempre sujeita a alguém do sexo masculino. Dessa forma fica bem claro a divisão dos papeis sociais, ao homem o público, a mulher o privado.

Baseados nos costumes e na educação religiosa que recebiam as mulheres encaravam a família como instituição sagrada. O casamento para homens e mulheres eram encarados de maneiras diferenciadas, para elas era monogâmico e indissolúvel, contudo eles podiam ter outras esposas e até constituir outras famílias se esta fosse sua vontade e o poder aquisitivo permitisse. A mulher que tentasse expressar seus desejos era taxada de lasciva e até possuída por espíritos malignos.

A educação destinada as mulheres deixava bem claro o que se esperava delas e fugir a este padrão socialmente imposto traria sérias consequências para a imagem e a honra da família. Essa imagem binária das mulheres, como boa/má, fada/bruxa, deusa/diaba, para casar/para se divertir, mostra o caráter extremista de como eram tratadas as mulheres. De acordo com seu comportamento seria o seu título, e por fim ela seria amada ou odiada.

***Novos tempos ...***

Na Idade Moderna, muitas mudanças ocorreram no que tange ao casamento, a família e a participação social da mulher. A família tomava novos contornos, o amor começa a ser levado em conta para a constituição matrimonial, a mulher também assume uma nova posição na casa “rainha do lar”. Principalmente, nas camadas populares, inicia-se uma abertura para sua atuação no mercado de trabalho pois, devido a mão de obra disciplinada e mais barata, as mulheres passaram a trabalhar na indústria como uma forma de suprir a escassez de homens em períodos de guerras e reforçar o orçamento doméstico. Porém é valido ressaltar que essas mudanças e avanços não tiraram a mulher da condição de submissa, somente serviram para camuflar a obediência ao sexo forte.

A situação profissional da mulher desde seu início foi de exploração chegando ao ponto de no século XIX as mulheres e crianças empregadas nas fabricas trabalharem exaustivamente de 14 a 16 horas por dia, com salários humilhantes. O que levou as operarias da indústria têxtil de Nova York a promoverem uma greve por melhores condições de trabalho e salario, contudo elas foram severamente punidas chegando ao ponto de serem trancadas em uma fábrica na qual foi ateada fogo, levando à morte centenas de mulheres que lutavam por condições dignas de trabalho e salario. Este episódio ocorreu no dia 8 de março de 1857 e deu origem ao Dia Internacional da Mulher. (Aranha, 2000, p.95-96)

Durante a revolução industrial deflagrada entre o final do século XVIII e meados do século XX, as mulheres tiveram grande participação quando lutavam ao lado de seus maridos por melhorias salariais, qualidade de trabalho e de vida. Eram elas que estavam dando impulso as lutas travadas, pois defendiam para si e para seus maridos o direito a emprego e dignidade. Contudo, devido a imigração europeia, o êxodo rural e a inserção de maquinários na indústria a mulher perdeu espaço nas indústrias, restando a estas um retorno as dependências do lar onde “reinariam soberanas”. Para continuarem ajudando no sustento familiar elas aderiram como válvula de escape o trabalho doméstico em domicílios familiares e realizavam vendas de suas prendas tais como, rendas, bordados, cocadas, etc.

Apesar de todo companheirismo demonstrado pelas mulheres a divisão de papeis sociais era muito bem definida e justificada segundo

Um discurso naturalista, que insiste na existência de duas ‘espécies’ com qualidades e aptidões particulares. Aos homens, o cérebro (muito mais importante que o falo), a inteligência, a razão lucida, a capacidade de decisão. Às mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentimentos (Perrot, 1988, p.177)

Esse discurso, apoiado em teorias evolucionistas, deixava clara a superioridade masculina em detrimento da feminina e dava suporte para a relação de dominação da segunda pela primeira. Nesse intuito a chave para compreender as relações de poder e dominação entre eles e elas consiste no fator biológico (pênis/vagina). O que os coloca em pontos opostos ele cabeça/ ela coração, ele razão/ ela emoção, ele mando/ ela obediência, ele o público/ ela o privado.

O caso é que, os papeis sociais foram divididos e definidos entre homens e mulheres, assim cada sexo tinha função específica e determinada a cumprir no seio da família e da sociedade. Aos homens cabiam as atividades de comando e as mulheres de execução. Na família, embora a mulher já pudesse opinar sobre as questões familiares, o poder de decisão e de mando ainda era do pai. Assim como o casamento, embora já se falasse em amor ainda eram os interesses comerciais e econômicos que determinavam os enlaces matrimoniais entre eles e elas.

A virada começou no século XIX quando as mulheres em diversos países fizeram vários movimentos em prol de sua igualdade, pois acreditavam ter as mesmas capacidades masculinas. Nas primeiras décadas do século XX, as transformações econômicas e sociais decorrentes da implantação do regime republicano no Brasil; do processo de urbanização e industrialização; das duas grandes guerras mundiais e seus efeitos na sociedade; dos avanços tecnológicos especialmente nos meios de comunicação, foram fatos que favoreceram a eclosão das reivindicações dos movimentos feministas, atingindo várias gerações de mulheres nos países onde chegou, alertando-as sobre a opressão e as desigualdades sociais a que estavam submetidas. O movimento feminista trouxe em seu bojo a reivindicação pelo voto feminino, por maior participação social e política, por igualdade de direitos, educação e profissionalização. Mas as transformações econômicas e sociais do momento não surtiram efeito apenas no movimento feminista, pois devido a esses fatos o dote² acabou desaparecendo, com isso as famílias patriarcais começaram a permitir a escolarização das filhas visto que na falta do dote, a cultura seria o atrativo para o casamento.

É valido ressaltar que a educação oferecida a homens e mulheres também era diferenciada, ou seja tinha objetivos e conteúdos diferentes dos masculinos. A mulher devia ser educada e culta para ser uma companhia boa e agradável para seu marido, e para instruir os filhos e filhas nos primeiros anos de vida. A educação feminina era voltada para o lar e a família, as disciplinas estudadas eram: economia doméstica, culinária, etiqueta, trabalhos manuais e outras atividades ligadas ao lar.

Na realidade, o fim ultimo da educação era preparar a mulher para atuar no espaço doméstico e incumbir-se do cuidado com o marido e os filhos, não se cogitando que pudesse desempenhar uma função assalariada. (Almeida, 1998, p.19)

Contudo, a partir dessa permissão concedida a elas, muitas mulheres alimentaram o sonho de adquirir instrução e ingressar numa profissão. Isso significou para muitas mulheres da época uma oportunidade de ter maior liberdade, autonomia e a possibilidade de ocupar um lugar no mundo e não apenas o papel que lhe fora reservado pela sociedade androcêntrica³ ser a rainha do lar. De outro lado, muitas mulheres, geralmente de famílias mais abastadas, iam à escola com o intuito de melhorar sua formação objetivando fazer um bom casamento.

Em 1876 foi aberta uma ala feminina na Escola Normal no Seminário da Glória, representado a primeira oportunidade de escolarização de nível médio para as mulheres no âmbito do ensino público. (ALMEIDA, 1998, p.23)

Neste contexto é valido ressaltar que a educação em nível superior era privilegio apenas para os homens. Assim, aos homens eram destinadas atividades intelectuais, voltadas para a preparação da cidadania e da reflexão, da ciência bem como para o ensino superior⁴. Os cursos de direito, medicina e engenharia lhe davam maior prestigio social. Dessa forma percebe-se que a educação era usada para manter cada um no seu devido lugar, para educar corpos e moldar a personalidade de meninos e meninas.

Embora mantendo a justificativa de preparar as mulheres para o casamento a educação dada à elas também estimulava e fomentava o sonho da profissionalização através do magistério. Por razões diferenciadas como, a falência dos ricos cafeicultores, mudanças econômicas e sociais e também por ficarem solteiras sem amparo familiar fora concedido as mulheres o direito de trabalhar como professora, por esta ser uma atividade digna voltada aos laços familiares, uma atividade que não destoaria com seu papel no seio da família que é zelar pela educação e instrução dos filhos. Sendo o magistério uma oportunidade de exercício profissional bem como de garantir seu sustento e/ou ajudar no orçamento doméstico, este oficio foi fortemente abraçado pelas mulheres das classes média e baixa reforçando a feminização do magistério, retratado muito bem no trabalho de Jane Soares de Almeida (1998).

É valido ressaltar que a mulher não se limitou ao magistério, foi trabalhar nas fabricas, no comercio, e em qualquer outro lugar onde pudesse desempenhar uma função rentável e digna como forma de declarar sua emancipação na tentativa de sair de mero papel secundário para ser agente construtora de sua própria história.

O mundo ocidental já não era mais o mesmo, a constatação de que a mulher já não era mais um bibelô para ornamentação da casa e sim que tinha capacidade para ocupar diferentes postos de trabalho fora do âmbito doméstico proporcionaram uma reviravolta sem precedentes nas expectativas sociais, familiares e pessoais acerca da mulher que até então estivera confinada ao espaço doméstico e a função reprodutiva. Para a divulgação do ideário feminista foi muito importante a utilização dos meios de comunicação e a imprensa feminina deu uma contribuição decisiva para este momento.

No início do século XX, o movimento feminista no Brasil foi encampado por uma elite feminina letrada, culta e com poder financeiro que não queria estar a margem do processo histórico que se configurava na Europa e nos Estados Unidos. Na década de 1970, a sociedade assistiu a uma verdadeira revolução feminina, através do noticiário internacional e ficou claro que as mulheres daquela década eram diferentes daquelas dos anos iniciais, agora não se conformavam mais com o destino que lhe fora imposto. É valido ressaltar que o movimento feminista no Brasil teve uma trajetória menos conturbada em relação ao radicalismo das inglesas, que em plena praça pública queimaram seus sutiãs em sinal de protesto conta os mandos e desmandos da sociedade patriarcal. Daí percebe-se que no Brasil, o movimento feminista assumiu contornos moderados de ousadia e sutileza na conquista de seus direitos.

Após resistências e insistências das feministas em prol de seus direitos, os homens, mediante os poderes societais que lhe cabiam fizeram concessões e atenderam algumas reivindicações das mulheres. Mas nem tudo foram flores, houveram grandes resistências em relação ao movimento feminista, se por um lado os homens se agradavam com a possibilidade de terem ao seu lado mulheres livres, autônomas e ativas, por outro sentiam-se inseguros diante do poderio feminino. Inicia-se ai uma verdadeira guerra dos sexos com direito até a movimento antifeminista\*. O saldo desse embate foi a segregação dos sexos e a delimitação de espaços de atuação de cada um, ao homem o público e a mulher o privado. Muitas mulheres, para preservar o casamento e a família recuaram e voltaram ao reinado do lar, enquanto outras pagaram pra ver e continuaram na luta em prol da igualdade de direitos. Aqui é valido ressaltar que a causa do movimento feminista não era provar a superioridade feminina em relação a masculina, muito menos tomar o lugar do outro e relega-lo a segundo plano, enfim o que se buscava era a igualdade de direitos, o fato de deixar de ser um fantoche e passar a ser dona de si e de seus caminhos tanto na vida pública quanto na doméstica.

Muitas e significativas foram as conquistas alcançadas pelas mulheres na modernidade. O direito ao voto; Aumento da participação feminina no mercado de trabalho e não apenas como professora; melhorias educacionais que as possibilitavam o acesso ao nível superior, que antes era restrito aos homens; A pílula anticoncepcional proporcionou à elas a liberdade sexual e o direito de escolher o momento de ser mãe, ou seja, a sexualidade se desvinculava da maternidade; As alterações em relação ao casamento incluíram o direito ao desquite⁵ e mais tarde ao divórcio; Bem como a possibilidade de reconstrução da vida e da família após a separação. Contudo o avanço mais importante na luta feminina foi o reconhecimento legal da igualdade de direitos entre homens e mulheres através da Constituição Federal de 1988, que nos termos da lei defende o princípio da isonomia entre eles e elas.

A saída da mulher para o mercado de trabalho trouxe um novo dilema para elas, a dupla jornada de trabalho, pois tinham que se desdobrar para dar atenção aos compromissos profissionais e domésticos com a mesma intensidade, ou seja, ela poderia trabalhar e ser uma profissional bem sucedida no espaço público desde que cuidasse da casa, do marido e da educação dos filhos com o mesmo afinco. Nessa perspectiva o marido tinha somente a provisão como preocupação doméstica, enquanto que a mulher tinha que se desdobrar para cumprir satisfatoriamente com tudo que lhe cabia ser profissional, mãe, filha, esposa, mulher, educadora, dona de casa e prendas do lar. O mais irônico neste contexto é que apesar de tanta força, coragem e resistência das mulheres em busca de seus objetivos, ainda eram reconhecidas socialmente como sexo frágil, como alguém que necessitava de um protetor, de alguém que lhe suprisse as necessidades.

Depois de muitas lutas, avanços e retrocessos, a mulher foi conquistando seu espaço na sociedade, passando a usufruir de uma vida pública plena, mas sem deixar de lado o privado, o doméstico.

***Novas mudanças ...***

Atualmente as mulheres contabilizam incríveis conquistas tanto no campo social, profissional, econômico e pessoal. Conquistaram a licença maternidade, o direito ao voto, leis sérias de combate ao assédio sexual e violência contra mulheres, politicas publicas assistenciais, de incentivo e de profissionalização para a mulher. Chegaram ao topo das grandes empresas, aos postos de comando da administração pública, as cadeiras da universidade, a liberdade para assumir sua identidade e viver sua sexualidade.

Assim como as mulheres, as famílias também não são as mesmas. A família do século XXI, toma novos contornos e torna-se democrática, ou seja, a submissão dá espaço para a negociação. A preocupação com a educação e a realização profissional dos filhos e filhas recebe a mesma atenção, já não existe expectativas sociais diferenciadas por sexo, ela pode ser o que quiser. Neste mesmo embalo a dupla moral sexual que regia o comportamento deles e delas está reduzindo gradativamente.

O modelo familiar e conjugal também acompanhou as transformações na sociedade e se modificou, deixando de ser a figura do pai, mãe e filhos em razão de novos arranjos familiares. Essas transformações no casamento e na família perpassam pela constituição do casal, que pode ser homo ou heterossexual, da formalização legal ou não desta união, do desejo ou não de ter filhos, da separação e da reconstrução da vida afetiva e familiar, assim como da convivência com filhos e filhas frutos de relacionamentos anteriores. O divórcio deixou de ser tabu, a mulher divorciada e os “filhos de pais separados” já não são alvo de discriminação social como antes.

O casamento legal deixou de ser a condição para a constituição do casal, da família e da aquisição dos direitos de esposa. Isso não quer dizer que o casamento civil e/ou religioso tenha perdido sua importância e nem que as pessoas estão casando menos, somente indica que as relações informais e as estáveis ganharam espaço no âmbito social. Porém, o novo Código Civil de 2002 trouxe em seu bojo melhor acesso aos serviços de justiça, desburocratizando os processos que envolvem casamento e divórcio, dessa forma o número de casais oficializando legalmente suas uniões é crescente.

Se antes a mulher ficava presa a um casamento mesmo falido como forma de dar uma satisfação social, hoje libertando-se desse fardo de responsável pelo sucesso ou fracasso da relação tem nos laços afetivos o fator preponderante para a permanência em um relacionamento, ou seja, quando deixa de ser sentir valorizada, compreendida e amada por seu parceiro ela sente-se livre para abandonar a relação, buscar novos horizontes e outro(s) relacionamento(s) que a satisfaçam. A diferença básica da mulher de antes para a de hoje, é que antes ela sempre estava a sombra de alguém, do pai e posteriormente do marido, e hoje ela é protagonista de sua história, atualmente ela estuda, trabalha, casa, contudo não abandona seus sonhos e projetos individuais, ao contrário luta por eles e por seu “lugar ao sol”. Talvez por isso a incompatibilidade esteja sendo usada frequentemente para finalizar um relacionamento, pois hoje as mulheres estão focadas na realização profissional e pessoal além da vida familiar.

Em relação a maternidade, o controle da concepção tem sido de grande valia para as mulheres de hoje, pois assumindo o controle de seu próprio corpo podem planejar, postergar e até preterir a concepção em virtude da realização pessoal e profissional. Os métodos anticoncepcionais desvincularam o sexo da maternidade, e também o casamento dos filhos, isto é, já não são raros os casais que optam por não ter filhos e levar uma vida a dois. Apesar da maternidade não ser mais encarada como obrigação da mulher ainda há uma certa pressão social (quase sempre por parte de familiares), para que ela aconteça. Ter ou não filhos passa a ser um desejo da mulher e/ou do casal, sendo que os filhos não constituem-se mais motivo para a existência e a permanência do casal, pois muitas mulheres optam por viverem sozinhas com seus filhos assumindo o posto de chefe da família. É valido ressaltar que na nova configuração familiar as tarefas domesticas e a educação dos filhos e filhas são compartilhadas entre pais e mães, a participação de ambos torna-se importante para o sucesso da família. A guarda compartilhada é uma nova alternativa que possibilita pais e mães separados continuem participando ativamente da vida de seus filhos. Também temos os casos de produção independente onde a mulher opta por ser mãe sem a figura paterna, seja por doação de esperma, barriga de aluguel, fertilização *in vitro*, adoção ou outras formas de concepção.

No campo profissional e econômico os avanços femininos foram significativos. A mulher tomou posse e se consolidou no mercado de trabalho, bem como no espaço público usufruindo de uma vida além do espaço doméstico. As conquistas feminista não se limitaram apenas ao sufrágio, foram além ganharam visibilidade, alcançaram maior participação política e no mercado de trabalho, liberdade sexual e de expressão, educação igualitária e o amparo legal no que tange a seus direitos e deveres. A Constituição Federal de 1988 garante a isonomia entre homens e mulheres. A CLT regulamentou a situação feminina no mercado de trabalho garantindo às mulheres os mesmos direitos que são dados aos homens, equiparação salarial, jornada de trabalho, férias, decimo terceiro, indenização, entre outros. Ainda na CLT tem um capitulo destinado a mulher com a finalidade de garantir direitos específicos de estabilidade à gestante e licença maternidade de 120 dias sem prejuízos salariais, que também é concedido em caso de adoção.

Sem dúvida alguma a educação teve fundamental importância para a emancipação feminina, pois através dela a mulher chegou a ocupar posições inimagináveis, assumindo cargos e responsabilidades que antes eram restritas aos homens. Com a ampliação da escolaridade e a presença feminina nas universidades as profissões de maior prestigio social, que exigiam nível superior deixaram de ser atividades masculinas, atualmente é comum vermos mulheres atuando na medicina, direito e engenharia. Contudo os avanços femininos não se limitaram e há um crescente romper de fronteiras, elas estão na indústria, no comercio, nos esportes, no serviço público, nos cargos de chefia de grandes empresas, na administração pública, enfim a mulher contemporânea através da escolarização e da qualificação luta pelo seu desejo de realização profissional e autossuficiência financeira que lhes garante a liberdade de ir e vir de acordo com suas próprias vontades.

Diante do exposto, é valido ressaltar que o processo de desenvolvimento social e econômico do Brasil é desigual e heterogêneo, pois temos regiões mais desenvolvidas que as outras e segmentos com maior renda e escolaridade, em detrimento de regiões mais pobres e menos escolarizadas e portanto desenvolvidas. Sendo o Brasil um país marcado pelas contradições, a condição feminina não foge à regra. Nos grandes centros urbanos as conquistas femininas são mais visíveis, nos interiores e regiões mais pobres essas mudanças também acontecem só que o processo é mais lento. Na legislação a mulher conquistou muitos direitos, mas ainda falta o cumprimento efetivo da lei, a discriminação e a violência ainda são realidade para muitas brasileiras. Apesar de se empenharem em busca de melhor escolarização e qualificação profissional ainda vivenciam a desigualdade salarial e a dupla jornada de trabalho, pois recebem salários menores em relação aos homens até ocupando o mesmo cargo e exercendo as mesmas responsabilidades. Quanto a dupla jornada de trabalho, mesmo depois de um dia estressante e exaustivo no trabalho ela ainda tem que dar conta da vida doméstica, se hoje eles ajudam, mas a responsabilidade maior ainda recai sobre elas.

Com a percepção das qualidades femininas no mercado de trabalho, grandes empresas vem adotando políticas e programas internos de valorização do trabalho delas e de incentivo às suas conquistas profissionais e pessoais. Na tentativa de diminuir o conflito entre carreira e maternidade, patrões e empregadas entram em consenso e lançam mão de alternativas que flexibilizam os horários e os ambientes de trabalho. Algumas ainda ofertam creches e outros recursos que possibilitam a manutenção do trabalho produtivo, o bem estar de mães e filhos. Infelizmente ainda vemos nos noticiários empresas que andam na contramão destas ideias, que ainda coíbem a gestação e a maternidade no intuito de não gerar encargos desnecessários à mesma e como empecilho para futuras promoções. O caso da empregadas domesticas torna-se ainda mais preocupante, pois devido as condições econômicas e sociais das mesmas, acabam sendo alvo de abusos e exploração, contudo esta atividade em especifico vem sendo alvo de grandes discussões à luz da lei no intuito de regulamentar e garantir os direitos e deveres específicos desta categoria de trabalhadoras.

Em que pese as contradições, a globalização, as inovações tecnológicas e a crescente taxa de urbanização no Brasil tem sido responsáveis pela diminuição das diferenças de comportamento entre os habitantes das diversas regiões do país. Mas para que os avanços sejam efetivamente concretizados é preciso que se amplie e melhore as condições de acesso e permanência na escola, bem como o acesso as informações e aos serviços básicos de saúde. Através da educação as mulheres foram elevadas a um novo patamar, tendo alcançado conquistas relevante ao redor do mundo, porém muito ainda há que ser feito, muitas cadeias e algemas ainda precisam ser quebradas. Daí a importância dos estudos de gênero que visam discutir a participação feminina na sociedade, que busca na pratica a igualdade entre homens e mulheres e vê na educação uma forte arma contra o sexismo ainda existente em nossa sociedade.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ir à praia, usar biquíni fio dental, ir a farmácia tomar ou comprar anticoncepcional, viajar com os amigos e amigas, ir a festas, transar por puro desejo são alguns exemplos de atividades normais do cotidiano de inúmeras mulheres independentemente de posição geográfica e classe social, contudo elas são fruto de muitas lutas encampadas pelas mulheres de gerações anteriores que ousaram enfrentar a sociedade de sua época, que não se curvaram as ideologias machistas e excludentes que as relegavam ao plano doméstico, não aceitaram o título de sexo frágil, que lutaram e fizeram os sacrifícios necessários para que hoje, em pleno século XXI, as mulheres fossem vistas, aceitas e respeitadas em sua singularidade de mulher e em sua pluralidade de identidades. A mulher tem dentro de si um universo particular onde ela é mãe, filha, esposa, pai, dona de casa, chefe de família, estudante, profissional, com desejos, com sexualidade, enfim hoje ela tem liberdade para ser e viver como quiser.

Infelizmente a sociedade ainda é fortemente marcada pelos resquícios da ideologia cristã e seus preceitos tradicionais que ainda reforçam as desigualdades e o preconceito contra a mulher quando ainda prega que o homem é a cabeça da família e põe a mulher em condição de submissão. Porem as mulheres já não são mais as mesmas de antigamente, não se conformam diante das injustiças e continuam buscando através da educação ferramentas que lhes proporcione continuar lutando por sua isonomia de direito e verdade. É valido ressaltar que as lutas travadas atualmente não se parecem muito com os manifestos do início do século XX, mas os objetivos ainda permanecem. É preciso que se diga que a mulher não quer ser maior nem melhor que o homem, mas respeitada dentro das diferenças que permeiam seus corpos, pois biologicamente eles e elas são diferentes, contudo que essas diferenças não sejam mais motivo para as desigualdades sociais, neste sentido elas lutam por equidade.

As mudanças tem sido lentas e dolorosas para muitas mulheres que foram e ainda são vítimas de todo tipo de violência, porem hoje com a Lei Maria da Penha⁶, elas estão assistidas e amparadas efetivamente, pois quando denunciam os agressores são enquadrados e recebem as penalidades devidas. Apesar das crescentes campanhas de prevenção e combate da violência contra a mulher, muitas ainda silenciam seu sofrimento, as vezes por falta de informação ou de coragem, por dependência financeira, ou pelo simples fato de amar mais seu algoz do que a si mesma e acabam aceitando a dominação. Em contrapartida outras não aceitando mais a violência, não mais submetem-se aos seus companheiros e os denunciam procurando na lei e na justiça a punição para seus agressores.

Essas são inegáveis conquistas femininas, mas muito ainda precisa ser trabalhado sobre as relações de gênero no âmbito social e educacional. Atualmente as discussões são mais frequentes, ganharam lugar de destaque no cenário nacional e em 2003 foi criada a Secretaria Especial de Políticas Públicas para Mulheres (SPM), com *status* de ministério, em 2006 entrou em vigor a Lei nº 11.340/06 conhecida como Maria da Penha, o Ministério da Educação também tem discutido as relações de gênero com mais seriedade no intuito de estender essa discussão nas escolas de todo país, nas universidades o tema tem sido constante objeto de pesquisas e reflexões. Porém, afim de que hajam novos e significativos avanços neste campo é necessário que a mulher não se cale e acima de tudo busque escolarizar-se o máximo possível para que como cidadã consciente de seus direitos e deveres não se atemorize diante das injustiças do dia a dia, antes tenha firme seu propósito de lutar pela diminuição das desigualdades sociais e propiciar às gerações vindouras novos frutos e novas conquistas, pois a história das mulheres em busca de seu protagonismo vem sendo escrita ao longo do tempo e transcende as gerações.

**NOTAS**

² Consiste no estabelecimento de uma quantia de bens e dinheiro oferecida a um noivo pela família da noiva, para acertar o casamento entre os dois. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Dote>

³ centrada na figura masculina.

⁴ Tatiane da Silva Sales. Educação, gênero e religião: Analise de discursos sobre o ensino de meninas e moças em São Luís na virada do século XIX para XX.Disponível em:www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/anais/article/view/676/564

⁵ separação legal dos cônjuges e seus bens, sem dissolução do vínculo matrimonial. Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/desquite/>

⁶ A Lei 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, ganhou este nome em homenagem à Maria da Penha Maia Fernandes, que por vinte anos lutou para ver seu agressor preso.

Em setembro de 2006 a lei 11.340/06 finalmente entra em vigor, fazendo com que a violência contra a mulher deixe de ser tratada com um crime de menor potencial ofensivo. A lei também acaba com as penas pagas em cestas básicas ou multas, além de englobar, além da violência física e sexual, também a violência psicológica, a violência patrimonial e o assédio moral. Disponível em: <http://www.observe.ufba.br/lei_mariadapenha>

A lei tipifica a violência doméstica como uma das formas de violação dos direitos humanos, altera o Código Penal e possibilita que agressores sejam presos em flagrante, ou tenham sua prisão preventiva decretada quando ameaçarem a integridade física da mulher. O texto garante ainda medidas de proteção para a mulher que corre risco de vida. Uma delas é o afastamento do agressor do domicílio e a proibição de aproximação física da mulher agredida e dos filhos. <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/05/secretaria-de-politicas-para-as-mulheres-completa-12-anos-de-conquistas-para-a-mulher-brasileira>

**REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível.** São Paulo: UNESCO, 1998.

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **Filosofia da educação.** Campinas, SP: Papirus, 1995.

CATANI, Denice Barbara. BUENO, Belmira Oliveira. SOUZA, Cynthia Pereira de. SOUZA, M. Cecília C. C. (Org.) **Docência, memória e gênero: estudos sobre formação.** São Paulo: Escrituras, 2000.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

PINSKY, Carla Bassanezi. PEDRO, Joana Maria. (Org.) **Nova História das mulheres.** São Paulo: Contexto, 2012.

SALES, Tatiane da Silva. **Educação, gênero e religião: Analise de discursos sobre o ensino de meninas e moças em São Luís na virada do século XIX para XX.** Disponível em:www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/anais/article/view/676/564